

Teresópolis Golf Club terá 60 dias para apresentar projeto técnico

Município e Águas da Imperatriz também terão obrigações no acordo com o MPRJ

Por Richard Stoltzenburg

Após a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e o Teresópolis Golf and Country Club, o estabelecimento terá prazo de 60 dias para apresentar o projeto técnico para a construção de um parque público em Teresópolis.

Obrigações

O acordo extingue a Ação Civil Pública nº 0007353-25.2008.8.19.0061, bem como eventuais multas e pendências decorrentes do processo. Com isso, o clube fica autorizado a realizar eventos festivos de todos os tipos, desde que respeitadas a legislação municipal. O TAC estabelece 17 medidas de cumprimento imediato. O parque deverá ter cerca de 19.200 metros quadrados e será construído na Rua José Gomes da Costa Júnior, em terreno pertencente ao próprio Teresópolis Golf and Country Club.

O termo também determina que o clube obtenha todas as licenças ambientais e urbanísticas necessárias para a execução da obra. Além disso, prevê a construção de calçadas e passeio público



Fabio Vicente

Além do parque público, Teresópolis Golf Club terá que construir calçadas na Rua Cruz e Souza

blico em trecho da Rua Cruz e Souza, via que dá acesso a oito bairros da cidade.

Águas da Imperatriz

A concessionária Águas da Imperatriz assumiu uma série

de obrigações no acordo. Entre elas estão a doação e a instalação de equipamentos para o parque, cuja manutenção ficará sob sua responsabilidade por cinco anos. A empresa também ficará encarregada de reformar quatro pontes

dentro do clube, além de executar obras de infraestrutura para a instalação de uma estação elevatória de esgoto e redes coletoras na área. O documento ainda prevê que a concessionária deverá fornecer R\$ 40 mil em materiais

para o piso do parque, enquanto o Teresópolis Golf ficará responsável por eventuais custos adicionais e pela conclusão da obra.

Município

A Prefeitura de Teresópolis, que integra o acordo como parte interessada, será responsável por analisar as licenças necessárias para a implantação do parque público e da infraestrutura de saneamento, além de responder, posteriormente, pela manutenção do espaço, poda e paisagismo ao longo do tempo.

Em caso de descumprimento do acordo, o Teresópolis Golf and Country Club estará sujeito a multa de R\$ 2.123.439,57, sem incidência de juros ou acréscimos, valendo o instrumento como título executivo. Se o descumprimento for parcial, desde que não inferior a 50% do previsto, a penalidade será aplicada de forma proporcional. O valor da multa será destinado ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Teresópolis, por meio do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

O Teresópolis Golf and Country Club foi questionado sobre o TAC e prazo estabelecido, mas até o fechamento desta edição, não obtivemos retorno.

Prefeitura de Cantagalo contrata empresa de forma emergencial para operar transporte público

Por Gabriel Rattes

O Município de Cantagalo promoveu a contratação emergencial de uma nova empresa para a operação do transporte coletivo urbano após o término da vigência do contrato com a Sagres Transporte e Turismo Ltda. A medida foi adotada para garantir a continuidade de um serviço público essencial, diante da inexistência de instrumento contratual válido que autorizasse a permanência da antiga concessionária.

A Sagres comunicou oficialmente, nesta segunda-feira, dia 19 de janeiro de 2026, que encerrou as atividades no município após o fim do contrato, que venceu no dia 18, sem renovação. O aviso foi divulgado em um comunicado nas redes sociais, direcionado à população cantagalense.

O que diz a empresa

No comunicado, a Sagres afirma que o contrato chegou ao fim e que não houve renovação for-



Reprodução

Executivo não tem previsão para publicação de edital

mal por parte da Prefeitura nem da secretaria responsável. Segundo a empresa, as tratativas para renovação só teriam ocorrido após o término do contrato. "Em razão deste fato e da inexistência de novo ajuste formal, a prestação dos serviços anteriormente executados encontra-se encerrada", diz o texto divulgado pela empresa, que afirma ainda que não poderia continuar operando sem cobertura contratual legal.

Prefeitura

Em resposta, a prefeita de Cantagalo, Manuela Teixeira, gravou um vídeo e publicou uma nota nas redes sociais garantindo que o transporte público não será interrompido. "Quero começar deixando algo muito claro para a população de Cantagalo: não vai faltar transporte. O problema foi enfrentado com responsabilidade e já está totalmente resolvido", afirmou.

De acordo com a chefe do executivo, a Prefeitura tentou, antes do vencimento do contrato, entrar em contato com a Sagres por telefone e por e-mail para discutir uma renovação dentro da legalidade, mas a empresa negou a se reunir. "A proprietária da empresa esteve na prefeitura somente ontem, dia 18 de janeiro de 2026, e deixou claro que só renovaria o contrato nos termos e valores impostos por ela. Isso a Prefeitura de Cantagalo não aceita", declarou.

Contratação emergencial

Diante do impasse, a prefeita afirmou que tomou a decisão de contratar outra empresa de forma emergencial, garantindo que a população não ficasse sem transporte público. "Contratamos outra empresa e garantimos a continuidade do serviço, sem qualquer prejuízo para a população", disse Manuela Teixeira.

Segundo publicação oficial da prefeita, o transporte já entrou

em funcionamento nos distritos e bairros a partir desta segunda-feira (19).

Manuela Teixeira também fez um alerta para que a população não se deixe levar por informações falsas. "Não se engane por quem grava vídeo atrás de cortina, criando narrativas mentirosas para gerar medo e desespero à população. O transporte está garantido e já está funcionando", afirmou.

Na legenda de sua publicação nas redes sociais, a prefeita reforçou que a situação foi resolvida "dentro da lei, com respeito ao dinheiro público e compromisso com a população".

Licitação

No entanto, questionada pela redação do jornal, a Prefeitura não informou, até o momento, por quanto tempo a empresa emergencial ficará responsável pelo serviço, nem quando será aberto um novo processo definitivo de licitação para o transporte público no município.